

EDITORIAL

O “Novo Ensino Médio: tensões, disputas e implicações educacionais” é o tema do presente Dossiê proposto pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Públicas e Formação de Profissionais da Educação (GEPPFOR), Universidade Federal de Viçosa (UFV) que trabalha com profissionais da Educação englobando professores, coordenadores, gestores e demais atores dos contextos educativos em busca de uma educação mais humana, inclusiva e crítica e também pela Revista Ponto de Vista.

Chancelada pelo do Colégio de Aplicação - COLUNI /UFV, a Revista Ponto de Vista tem como missão, garantir espaço de divulgação de novas experiências de ensino, pesquisa e extensão na área de educação, justificando assim, a publicação deste dossiê.

Trata-se de uma revista que vem crescendo em seu processo editorial, conquistando na última avaliação CAPES o *Qualis* A1. De caráter multidisciplinar com foco no ensino e na educação, divulga semestralmente, artigos científicos, artigos de iniciação científica, relatos de experiência e resenhas, oriundos de todas as áreas do conhecimento, contribuindo de forma plural para a formação e atualização de profissionais, pesquisadores e estudantes dos diversos níveis de ensino, resultando numa feliz parceria com o GPPFOR que vem sendo construída desde 2022.

O GEPPFOR busca, além de desenvolver estudos e pesquisas abarcando temáticas sobre a Educação, a realização de ações de extensão, tais como, cursos, eventos e oficinas com vistas ao desenvolvimento de uma formação mais completa, humana e inclusiva, propiciando oportunidades de reflexões ao público endógeno e exógeno à Universidade Federal de Viçosa. As pesquisas realizadas no âmbito do grupo de pesquisa são difundidas também por meio de ações de extensão porque consideramos as necessidades formativas dos profissionais da educação e as tendências educacionais de modo que possamos construir uma educação ainda mais sólida e atenta às múltiplas mudanças que ocorrem cotidianamente na sociedade.

O Grupo de Pesquisa já era certificado pela instituição e cadastrado no CNPq e, a partir de 2021, ofertou oportunidades aos profissionais de Educação para que estes se formem continuamente, na busca de aprimorar a sua prática profissional e desenvolver olhares mais críticos sobre o mundo e os contextos educativos em que atuam, envolvendo cursos, oficinas, palestras e eventos que dialogam com as temáticas pesquisadas pelo GEPPFOR UFV e popularizadas cientificamente por meio de pesquisas, projetos de extensão, rodas de Conversa, *Lives* e diversas Publicações científicas (artigos, livros , capítulos de livros) .

A criação deste Grupo de forma aberta justifica-se como possibilidade de integrar os conhecimentos produzidos pelas Instituições de Ensino Superior (IES), neste caso, representado

pelo Grupo de Pesquisa GEPPFOR-UFV, à prática de diversos profissionais da Educação envolvendo estudantes de graduação, pós-graduação, professores, coordenadores, supervisores, diretores, dentre outros. Produz conhecimentos junto aos demais profissionais da educação externos à UFV, de modo que possamos estreitar os laços entre a Universidade e a sociedade, assim, promover um diálogo mais profundo e reflexivo sobre a Educação e suscitar posicionamentos que possam provocar mudanças efetivas, de modo que o conhecimento produzido na academia possa ser difundido na comunidade e incorporado na prática dos profissionais inseridos nos contextos educativos. Somos muito gratos aos diversos profissionais da Educação que dialogam e atuam conosco compondo o GEPPFOR, bem como o público que nos prestigiam.

Ao abordarmos uma reforma educacional de tamanha complexidade como a que paira sobre o chamado Novo Ensino Médio, o GEPPFOR convida a coordenadora do Observatório do Ensino Médio da Universidade Federal do Paraná a contribuir com o presente Editorial e explicita sua compreensão de que o compromisso social e a análise do impacto nas realidades educativas são pilares imprescindíveis para essa proposta de um Dossiê que aborde diferentes vertentes relacionadas ao Novo Ensino Médio, temática necessária e fundamental para pautarmos um debate sério e comprometido com a Educação Pública de qualidade e referenciada socialmente.

O presente dossiê traz estudos e pesquisas que retratam experiências com o Novo Ensino Médio em diversas áreas do conhecimento e realidades, considerando as reverberações dessa reforma sobre a práxis educacional. Os artigos, frutos de pesquisas científicas na área, possibilitam uma análise crítica e reflexiva sobre as mudanças curriculares, principalmente, ainda que nos artigos sejam tratadas outras alterações provocadas pela Lei 13.415/17, especialmente seus efeitos sobre os sujeitos envolvidos nos processos de regulação, regulamentação e implementação nas redes estaduais e na rede federal de ensino.

A reforma que acabou ficando conhecida como Novo Ensino Médio vem sendo alvo de críticas desde a publicação da Medida Provisória que lhe deu origem no ano de 2016 (MP 746/16). Após acelerada tramitação que contou com 11 audiências públicas em comissão mista no Congresso Nacional a medida provisória foi convertida na Lei 13.415/17.

Entre os anos de 2016 e 2024, quase nove anos, portanto, verifica-se já um acúmulo de pesquisas tornadas públicas na forma de teses, dissertações, trabalhos em congressos e artigos em periódicos científicos. As pesquisas têm recaído, principalmente, sobre as formas de organização curricular, a ampliação da jornada escolar, os efeitos sobre o trabalho docente e sobre a formação da juventude, sobre as parcerias público-privadas, dentre outros temas. Em levantamento recente realizado pelo Coletivo em Defesa do Ensino Médio de Qualidade foram encontrados 141 artigos que abordam o assunto considerando os anos de 2021 a 2023. No entanto, somente as publicações

dos últimos dois anos passam a abordar os processos de regulamentação nos estados bem como a implementação da Lei e da Base Nacional Comum Curricular do Ensino Médio.

A considerável produção bibliográfica encontra justificativa nas proposições mesmas da Lei do Novo Ensino Médio, haja vista ter reduzido a carga horária destinada à formação geral básica, antes de um mínimo de 2.400 horas para, no máximo 1.800 horas. Ao tornar obrigatório um ensino médio de 3.000 horas, a reforma propõe como complemento à formação geral básica um currículo composto também por itinerários formativos que completariam as 1.200 horas restantes, relacionados às quatro áreas do conhecimento ou a uma formação técnica profissional. Além dessas alterações na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB nº 9.394/96), o Novo Ensino Médio encontra amparo legal para oferta de parte da carga horária na modalidade a distância (EaD) e oferta privada do ensino médio público por meio de parcerias.

A Lei 13.415/17 estabeleceu, ainda, que apenas as disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática adquiram caráter de oferta obrigatória ao longo de todos os anos do ensino médio, além de uma língua estrangeira, obrigatoriamente o Inglês, sem no entanto, definir a carga horária mínima. Com essas determinações, a legislação culminou por excluir da LDB a obrigatoriedade das disciplinas de Filosofia e Sociologia e instituiu, para exercício da docência no itinerário de formação técnica e profissional, a possibilidade de que a mesma possa ser realizada por pessoas sem formação apropriada, por meio do recurso ao chamado “notório saber”.

Entre os anos de 2020 e 2021, mesmo em meio à pandemia da COVID-19, as redes estaduais de ensino, que abrigam aproximadamente 85% da matrícula na etapa, produziram os documentos que dariam forma aos currículos. As análises sobre o processo de regulação e regulamentação nos estados evidenciam que esse processo foi marcado pela ausência de participação das escolas e por meio de assessorias de fundações ligadas ao empresariado nacional. É visível, também, uma diversidade de arranjos e de proposições, marcada, principalmente, pelos formatos que adquiriram os itinerários formativos e pela criação de um rol de “disciplinas eletivas” que somam mais de 500 considerando o conjunto das 27 unidades da federação.

Que experiências resultam dessas alterações? Como docentes e estudantes têm reagido? Quais os impactos da reforma sobre as redes estaduais e sobre a rede federal de educação básica, técnica e tecnológica? Algumas das respostas a essas indagações são trazidas, assim esperamos, no presente Dossiê.

Monica Ribeiro da Silva (UFPR) e Rita Marcia Andrade Vaz de Mello (UFV)

Editoras Convidadas
Revista Ponto de vista